



REPÚBLICA PORTUGUESA

MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Língua, cultura e literatura

**Intervenção do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, no
Colloque International «Commémoration du Centenaire de l'Enseignement du
Portugais dans l'Université Française»,
Paris, Sorbonne, 18 de outubro de 2019**

1. O português, uma língua partilhada

As mais recentes projeções demográficas das Nações Unidas, publicadas em meados de 2019, confirmam a previsão de um aumento considerável da população residente nos países de língua portuguesa, nas próximas décadas. Por volta de 2050, serão cerca de 390 milhões de pessoas; no fim do século, talvez ultrapassem os 510 milhões. Os três maiores países serão, em 2050, o Brasil, com 228 milhões, Angola (77 milhões) e Moçambique (65), seguidos a larguíssima distância por Portugal, com nove milhões. Em 2100, Angola poderá ter tomado a dianteira, com 188 milhões de habitantes, à frente do Brasil (180 milhões) e de Moçambique (123 milhões). Portugal contará com apenas uns sete milhões de pessoas e terá a Guiné-Bissau (seis milhões) no seu encaço. O Brasil, que vale hoje

mais de três quartos da população total dos países de língua portuguesa, valerá daqui a três décadas menos de três quintos e no fim do século pouco mais de um terço.

Estes dados e estimativas são conhecidos, mas convém sempre tê-los em conta quando consideramos questões relativas à língua e cultura portuguesa. A nossa língua é nossa, dos portugueses, porque é a língua materna, não já de todos, mas da vasta maioria dos nacionais portugueses. É uma das nossas línguas oficiais, a língua da comunicação quotidiana, da socialização, do sistema educativo e da administração pública, da economia, do trabalho e do lazer; e é a língua da criação literária e artística que a toma por veículo, inspiração e matéria. Por isso, pode ser descrita, como fez Fernando Pessoa, como uma pátria, a pátria que conta, uma pátria linguística e cultural que valeria simbolicamente mais do que a nação política e soberana. Uma pátria, isto é, um chão, um solo, um alicerce fundo que, projetando-se como cultura e criação, nos projeta a nós bem além da nação, integrando a nação num horizonte cultural mais vasto: eis uma bela indicação para os tempos atuais de nacionalismo exacerbado e de guerras de identidade cultural, que certamente nos ajuda a contrariá-los e ultrapassá-los.

Contudo, esta língua-pátria nossa só é nossa porque é partilhada com outros. Sendo ela mesma pátria, foi e é um fator poderoso e indispensável de construção de pátrias: a portuguesa como a brasileira, a angolana como a moçambicana, a guineense como a cabo-verdiana, a timorense como a são-tomense. A língua foi um ingrediente essencial desse grande processo histórico que foi a construção do Brasil, primeiro no império português e depois como país independente. Nas ex-colónias de África, por decisão seminal dos movimentos de libertação, a língua foi um instrumento de combate ao colonialismo português, de solidariedade internacional e, em seguida, de edificação de modernos Estados nacionais unitários. Em Timor-Leste formou, com a religião, o par de pilares identitários que alimentaram a resistência à ocupação indonésia. Nos países que a têm hoje como língua oficial, só ou juntamente com outra língua nacional, é usada e posta em valor de forma diferenciada, sendo língua materna e de comunicação quotidiana para uma percentagem variável da respetiva população residente; e também diverge o grau com que é empregue nas escolas, na administração, nos meios de comunicação social ou nas empresas. Sendo uma e não várias línguas, o português é, como outras, uma língua pluricêntrica, organizada em variedades nacionais que podem ser muito distintas entre si. Um certo grau de normalização e padronização, designadamente ortográficas, inerente à unidade linguística, é modulado pela diversidade fonética e fonológica, lexical,

semântica, morfosintática e pragmática, e deve ser assegurado com a sageza de quem compreende que a língua-em-uso não se contém na norma gramatical e que, em todos os seus níveis de utilização, do quotidiano ao literário e científico, a língua é uma realidade viva que evolui e se transforma.

O português é, pois, uma língua partilhada por pessoas e países, que ajudou e ajuda a construir e a exprimir pátrias diversas, fazendo-o, em várias delas, em dialética e tensão com outras línguas nacionais ou étnicas. Em todas as nações que acederam à independência no último quartel do século XX, falam hoje português muito mais pessoas do que aquelas que o falavam no tempo em que era a língua do Estado colonizador.

Só tendo em conta esta realidade de partilha e tensão é que se compreende a dimensão global da língua portuguesa, que está entre as seis línguas mais faladas do mundo e é a mais utilizada no hemisfério sul. Só assim se compreende a sua demografia, como uma das três línguas em maior crescimento no mundo, com a previsão de duplicação dos seus falantes no decurso do século. E só assim se compreende a sua geografia, hoje empregue maioritariamente no Brasil, amanhã em África, e, por virtude da dispersão dos países em que é língua oficial e das respetivas diásporas, falada sempre em todos os continentes e quase todos os países.

2. Problematizar a língua

Faço questão de começar assim o que quero que seja um discurso de celebração do centenário do ensino de estudos portugueses em França, na era moderna (pois já o tinha havido nos tempos renascentistas). E talvez precise de explicá-lo.

Se estivesse num contexto político-institucional ou numa iniciativa de natureza predominantemente diplomática, poderia contentar-me com a afirmação do enorme valor global da língua portuguesa e a exortação a todos os países que a partilham, incluindo ao meu, para que acarinhem e rentabilizem, também como seu recurso próprio, esse valor. O que passa por todas as modalidades de uso da língua, mas passa incontornavelmente também, e de maneira muito específica, pela criação e o património cultural. Assim estaria fechado, sem inconveniente de maior, o círculo convencional, em si mesmo positivo, da celebração.

Mas escolhemos celebrar numa universidade e em ambiente académico. Não nos basta, pois, constatar, festejar e seguir adiante. Queremos é pensar, ao modo de pensar dos investigadores – problematizando as coisas, isto é, colocando perguntas, identificando questões e argumentando entre nós a propósito das respostas possíveis e dos respetivos fundamentos, teóricos e empíricos.

É verdadeiramente o melhor que podemos fazer à língua portuguesa: problematizá-la. O que é incompatível com as aproximações fundadas em preconceitos, sejam elas declinadas em registo eufórico (do tipo, “é uma língua de centenas de milhões”) ou depressivo (“a maioria deles não a fala”), nacionalista (“é a língua dos portugueses que não pode ser arrastada para a impureza das miscigenações”) ou universalista (“havemos de chegar a uma verdadeira comunhão”). Estabeleçamos, pois, estes factos simples: uma língua com múltiplas variedades; uma língua ora praticada em contexto predominantemente monolinguístico, como língua materna, de socialização e de integração, ora praticada em contexto bilinguístico ou multilinguístico, sendo alternativa ou cumulativamente língua materna para uns e para outros não materna (veja-se, apenas por exemplo, o caso de Angola), língua de comunicação e entendimento entre falantes de diversas línguas maternas (por exemplo, em Moçambique), língua não materna mas da educação formal e da relação com a administração e o espaço público (por exemplo, na Guiné-Bissau), língua concorrencial de outra língua em codificação e afirmação como linguagem escrita e gramaticalizada e língua nacional (como o tétum ou o cabo-verdiano).

Por si sós, estes factos obrigam já a reflexão e ação cuidada. Durante muito tempo (compreendendo nele quase todo o século XX) o pouco que houve de política e de gestão comum da língua esteve repartido, em regime de duopólio, entre Portugal e o Brasil; e quase se reduziu ao plano ortográfico. Esse tempo passou. Não é concebível que uma língua que pertence a oito países, cinco deles africanos (nos quais as variedades nacionais em formação são também múltiplas e distintas), possa ser gerida senão por via da cooperação e, desejavelmente, da concertação entre eles. Este processo não contende com a soberania nacional de cada um, que também se exerce no plano linguístico; pelo contrário, deve ser conduzido de modo a respeitá-la e acrescentar-lhe escala e valor. O Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), órgão estatutário e com atribuições próprias na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), tem aqui um papel central.

Ele não pode, por isso, continuar a viver na margem da CPLP, sem que nos demos conta da sua relevância e lhe atribuamos a importância e os recursos que merece. Só reduziremos o atraso em que vamos, na gestão comum desta língua pluricêntrica, se concluirmos em tempo útil os projetos fundadores do IILP, como o estabelecimento do Vocabulário Ortográfico Comum – faltam as contribuições de Angola e da Guiné-Bissau, a de S. Tomé e Príncipe ainda está por validar – a conclusão do Dicionário dos Autores Africanos de Língua Portuguesa, ou a manutenção do Portal do Professor de Português-Língua Estrangeira. Sem que se constitua a Comissão Nacional da Guiné-Bissau e se reanime a de S. Tomé continuará coxa a estrutura de coordenação multilateral. Neste mês de outubro reuniu-se finalmente, pela primeira, vez o Conselho Ortográfico do IILP: o trabalho desta instância técnica deve agora ser contínuo. Por protocolo entre o Instituto Camões e o IILP, financiado por uma contribuição voluntária extraordinária do Estado português, puseram-se em marcha, entre 2019 e 2021, projetos de investigação-ação sobre o ensino do português como língua não materna. Outros projetos são necessários e Portugal está disponível para apoiá-los. As questões objetivas com que se defronta a consolidação da língua portuguesa, no conjunto da sua geografia mundial – designadamente, as descontinuidades territoriais entre os países que a falam – e as oportunidades de desenvolvimento que todos lhe reconhecem – como o crescimento dos falantes em todos os países lusófonos¹ recém-independentes, as projeções demográficas para o futuro próximo, o incremento dos observadores associados da CPLP ou a multiplicidade de países não-lusófonos que são vizinhos dos países de língua portuguesa – só podem ser enfrentadas com o robustecimento das políticas nacionais de língua, o reforço da gestão comum à CPLP e o aperfeiçoamento dos programas de formação de professores do ensino básico, secundário e especializado.

Por sua vez, um maior investimento nesta plataforma de trabalho conjunto – que consiga que a língua deixe de ser vista apenas como um condomínio luso-brasileiro, ficando presa das tensões que têm curso neste, umas inevitáveis, porque próprias da lógica de evolução das duas variedades, e outras bem escusadas, devidas apenas às lutas de protagonismo ou ao atrevimento da ignorância – ajudará imenso ao reforço das capacidades nacionais sobre a língua. Designadamente em Angola, onde o papel do português para a construção do Estado nacional é evidente, mas a qualificação das competências linguísticas parece ser

¹ - Em todas as vezes que é usada neste texto, a palavra “lusófono” designa apenas “falante de português”, não implicando nenhum outro sentido.

uma condição indispensável para a melhoria da formação dos quadros; em Moçambique, onde uma relação positiva e ágil do português com diversas línguas maternas, num contexto de pronunciado multilinguismo, representa um trunfo que não pode ser ignorado; em Cabo Verde ou na Guiné-Bissau, onde é inescapável um reequilíbrio entre o português e os crioulos; ou nos vários países que adotaram o português como língua oficial face a entornos geopolíticos dominados por outras línguas (a Guiné-Bissau e a francofonia, Moçambique e a anglofonia, Timor-Leste entre a Austrália e a Indonésia, etc.).

Mas, para que tudo isto seja possível, precisamos do contributo das instituições académicas e científicas e do trabalho dos respetivos profissionais, investigadores e formadores. Precisamos de saber mais acerca da nossa língua, de trocar mais ideias e experiências sobre o seu desenvolvimento, de partilhar experiências e conhecimentos sobre o seu ensino, de estudar e divulgar a literatura e as outras artes que a tomam por objeto primacial. Celebrar os estudos portugueses no ensino superior, em França como nos restantes países, é, pois, valorizar este ambiente científico em que a língua e os seus usos são motivo de investigação e formação aprofundada.

3. Formar professores

A produção de conhecimento é a missão que melhor distingue a universidade de outras instituições educativas; mas não é única. Formar e diplomar quadros com competências de nível superior é outra missão relevante. Esta é uma contribuição essencial das universidades e demais escolas superiores para o desenvolvimento da língua e das culturas de língua portuguesa. Os estudos superiores que, com diferentes nomes e obediências terminológicas, podemos acolher na nebulosa de “estudos portugueses” servem também, crucialmente, para formar agentes de difusão e desenvolvimento da língua: desde logo, professores e outros formadores, assim como tradutores e intérpretes, jornalistas, assessores de comunicação, quadros de editoras e de outras empresas de forte componente linguística.

As necessidades gritantes, em matéria de ensino básico e secundário, que a larguíssima maioria dos países de língua portuguesa enfrenta, a aceleração demográfica entre os africanos, que obriga à escolarização de milhares e milhares de novos alunos, em cada

ano, as dificuldades adicionais, a que já me referi, sobre o ensino em português (ou *também* em português) em contexto multilinguístico e o incremento populacional futuro, tudo torna a formação de professores de português e de professores competentes no uso da língua portuguesa numa questão absolutamente crítica para o planeamento e execução de políticas públicas, aos vários níveis de ensino, em pelo menos todos os países africanos e Timor-Leste.

Acresce que a nossa língua está em expansão significativa, quanto a aprendizagem e uso, bem para além do universo dos países que a tomam por língua oficial. Primeiro, porque acompanha as diásporas, na ordem dos milhões de pessoas, estabelecidas em todos os continentes: a mais numerosa é a lusodescendente, mas não esqueçamos, pelo menos, os brasileiros, angolanos, moçambicanos ou cabo-verdianos. A formação de professores de português como língua de herança é, pois, um ponto incontornável. Depois, cresce também o número dos países que oferecem o português como uma língua de opção curricular nos seus sistemas escolares e o número dos alunos que beneficiam de tal oferta. A formação de professores de português como língua estrangeira, em contexto formal ou informal, para crianças ou adultos, é, portanto, outro eixo importante (e já não me refiro, para não abusar da vossa atenção, ao português como língua de acolhimento, para migrantes e refugiados). E, enfim, o chamado português para fins específicos (para profissionais de turismo, para empresários e agentes de negócios, para funcionários de organizações internacionais, para diplomatas e militares, para jornalistas, etc.) é ensejo de formação e empregabilidade.

Insisto, por conseguinte, no registo que escolhi para esta sessão académica. Hoje é, seguramente, um dia para celebrar. E, também no que diz respeito à expansão do ensino da língua portuguesa, há razões bem fortes para satisfação. Observo apenas da janela do Instituto Camões – e já o horizonte me parece largo e a terra fértil. Em 2019-20, o ensino de português e de história e geografia portuguesa será assegurado em 17 países através da Rede de Ensino Português no Estrangeiro (EPE), mantida pelo Instituto Camões. A Rede envolve 972 professores, 1.336 escolas e 72.214 de alunos. Do nosso conhecimento, 33 países da América, da Europa, da África e da Ásia, do Uruguai à Costa do Marfim, do Botswana aos Estados Unidos, da República Checa à China, incluem o português entre as línguas estrangeiras disponíveis nas escolas. Na Espanha ou no Senegal, o número de alunos nestas condições é da ordem das dezenas de milhares. No ensino superior, entre leitorados diretamente assumidos pelo Camões e protocolos de cooperação com

departamentos de universidades e escolas de línguas, temos hoje estudos portugueses em 303 instituições de 74 países, movimentando 850 professores. A estimativa de estudantes situa-se na ordem dos 110.320 milhares. Em Espanha, Timor ou Macau, cursos de pós-graduação estão expressamente vocacionados para a formação de professores de português como língua estrangeira. E não estou a considerar os departamentos e cursos de estudos portugueses que, mesmo sem apoio do Camões, existem em universidades de vários países, dos Estados Unidos à China.

A França tem sido um país importante nesta geografia. A coordenação de ensino estima em 15 milhares o número de alunos da Rede EPE; e identificámos 15 escolas superiores com estudos portugueses, frequentados por 4.652 de estudantes.

Ora, tem havido progressos significativos. Em todas as dimensões já referidas, o ano letivo de 2019-20 significará mais alunos, mais professores, mais escolas. Em 2018-19, mercê da colaboração entre Portugal e o Brasil, o ensino do português chegou à Escola de Línguas das Nações Unidas. Na próxima semana, será celebrado o acordo que funda a primeira escola bilingue luso-britânica, integrada no sistema formal do Reino Unido, em Londres. As aulas começarão em 2020-2021. Abriremos, no próximo mês, a 50.^a cátedra de estudos portugueses, agora na Universidade de Sófia. Vamos em 77 centros de língua portuguesa. E a UNESCO acaba de aprovar a consagração do Dia Mundial da Língua Portuguesa, a partir de uma proposta apresentada por todos os embaixadores lusófonos nela acreditados.

Porém, não estamos aqui para mostrar apenas satisfação, mas sim consciência, compromisso e ânimo. A formação de formadores de português coloca problemas complexos, consoante estejamos a falar de português como língua materna, língua segunda, língua de herança ou propriamente língua estrangeira. As metodologias de formação são distintas; precisamos de saber mais sobre elas e de utilizá-las mais e melhor. A dimensão das necessidades de formação chega a ser gigantesca, se pensarmos na escolarização das crianças dos países africanos de língua portuguesa. O ensino em português nas diásporas, assegurado pelo Instituto Camões - que segue e continuará a seguir o bom princípio de acolher crianças nacionais de qualquer nação lusófona - e o seu equivalente brasileiro e, no futuro talvez não muito distante, africano, colocam também importantes questões de ordem científica, pedagógica e didática e requerem recursos

humanos devidamente qualificados. E, mesmo que nos ativéssemos aos professores de português-língua estrangeira, já seria relevante a questão da sua formação.

4. Valorizar a literatura

Sabendo contar com a indulgência de uma assistência simpática, aproveitei a expressão “estudos portugueses”, de nível superior, para conotar um contexto de investigação de que muito beneficiam a reflexão sobre a nossa língua comum, a sua gestão partilhada e a sua promoção; e para conotar um sistema de formação de profissionais do seu uso, desde logo os professores. Em ambos os planos se ganha ou perde a dinâmica de consolidação e expansão do português como língua global.

Não posso, porém, concluir sem trazer para cima da mesa outro plano, a meu ver, absolutamente decisivo. Como as outras, a língua portuguesa não é apenas um instrumento de pensamento e expressão pessoal e de comunicação, socialização e integração coletiva. Ela é, sobremaneira, um ato e um meio de criação artística e cultural. Ela é a língua em que se exprime uma literatura, a que se refere um cinema, em que se faz teatro, em que se baseia a produção televisiva e audiovisual, em que se faz e transmite informação, em que se produz e dissemina conhecimento, em que se reza, em que se elaboram, defendem e discutem ideias, para que remete, tantas vezes, a criação plástica. Como ato de conhecimento e cultura, a língua portuguesa tem valor próprio, o qual se enriquece tipicamente com a pluralidade das expressões que a empregam: várias literaturas, não apenas a portuguesa, vários teatros, vários cinemas, vários produtos audiovisuais, vários corpos e tradições de pensamento...

Para que o esforço de promoção global da língua seja sistemático e coerente e para que produza impacto, não podemos, pois, ficar nas questões linguísticas e pedagógicas; temos de fazê-las convergir com as questões culturais, no sentido mais amplo que conseguirmos imaginar. Língua e cultura, pois, não uma vez em vez da outra, que se perderiam, uma e outra, que mutuamente se reforçam.

Em 2017, lançámos o Plano de Ação Cultural Externa, que vai agora na terceira edição. A ideia era e é muito simples: articular e sistematizar as iniciativas de divulgação da cultura portuguesa no estrangeiro desenvolvidas pelos serviços e redes dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Cultura, até então separadas. O ganho em escala,

coerência e, sobretudo, prática colaborativa, foi imediato. Foi possível realizar, em 2017, 1.600 iniciativas em 75 países e, em 2018, 1.927 iniciativas em 83 países: colóquios e conferências, edições e sessões de leitura, concursos e exposições, espetáculos de teatro, dança ou música, ciclos de cinema. As embaixadas e consulados e as delegações da Agência do Investimento e do Comércio Externo (AICEP) e do Turismo de Portugal sabem que têm uma responsabilidade própria de planeamento e que se devem coordenar com os institutos e serviços competentes da Cultura, dos teatros nacionais aos departamentos do património ou das artes. Ao mesmo tempo, consolidou-se o programa específico que, em cada ano, reúne a rede externa portuguesa com a de outros países lusófonos, para fazer do 5 de maio, Dia da Língua Portuguesa e das Culturas da CPLP, uma ocasião soberana para divulgá-las e promovê-las pelo mundo fora.

Esta intervenção parece-me essencial e nela temos contado, devendo contar ainda mais, com os departamentos universitários de estudos portugueses. Mas havemos de ser particularmente atentos àquele plano em que a língua e cultura mais intimamente se cruzam: a literatura e a leitura. A força da língua não depende apenas da demografia e da geografia, nem é função somente da vivacidade e dinamismo do uso quotidiano; varia também, crucialmente, com a força das literaturas que nela se exprimem e o modo como a recriam e transformam. A língua é de Camões, como tantas vezes dizemos, porque Camões também a fez - Camões como António Vieira, como Camilo ou Eça, como Machado de Assis ou Guimarães Rosa, ou Clarice Lispector, ou Luandino Vieira ou Saramago ou Mia Couto ou Germano de Almeida, para citar apenas uns poucos. Não é possível celebrar a língua sem celebrar as suas literaturas.

Por isso, o trabalho conjunto dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Cultura tem incidido com especial enfoque nas três áreas seguintes. Primeiro, a rotinização da presença portuguesa em feiras internacionais do livro, fortalecendo a penetração de autores e editoras em mercados de grande dimensão, como os de língua espanhola. Para me referir apenas à atualidade, fomos o país convidado na Feira do Livro de Guadalajara, em 2018, de Madrid, em 2017, de Sevilha, em 2019; e sê-lo-emos em 2020, em Lima, e em 2021, em Leipzig. Concebemos estes eventos como momentos de lançamento ou expansão de uma presença que, para ser eficaz, tem de ser regular e articulada com outros planos de ação. Entre os quais se conta (segunda área do nosso enfoque) a promoção internacional dos autores de língua portuguesa, incentivando itinerâncias, residências, encontros e festivais literários, apoiando traduções e edições no estrangeiro e publicando

catálogos para fins comerciais; e um terceiro domínio, a que dou, pessoalmente, a maior importância – e por isso me permito apresentá-lo brevemente aqui.

Trata-se de ir tornando acessível, nas outras grandes línguas internacionais (como, para não ser exaustivo, o inglês, o espanhol, o francês ou o alemão) o cânon literário português (expressão que peço que entendam com espírito aberto e crítico). Através de traduções feitas a partir dos originais e por peritos competentes em tradução literária, publicadas por editoras credíveis. Com outra regra básica: sendo poesia, obrigatoriamente em edição bilingue. Deposito grande esperança neste projeto conjunto do Instituto Camões e da Direção-Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas, que, com este fôlego, se inicia este ano, porque me parece fundacional para a promoção internacional da língua portuguesa como língua literária. E como podemos levá-lo à prática senão com o concurso das universidades que investigam e formam em estudos portugueses?

5. Os estudos portugueses

Eis o meu tributo a todos quantos, ao longo de cem anos, fizeram a história moderna dos estudos portugueses em França: pensar na problemática do seu presente e próximo futuro. Precisamos de refletir criticamente sobre as questões da língua, essa língua viva e pluricêntrica que é a nossa – e nas orientações para a política e a gestão da língua, em cooperação e concertação lusófona. Precisamos de desenvolver e partilhar programas sistemáticos e a médio e longo prazo para a formação de professores *de* língua portuguesa e *em* língua portuguesa - e de outros profissionais indispensáveis, como intérpretes, tradutores ou jornalistas. Precisamos de frequentar e valorizar as culturas de língua portuguesa e, em particular, perdoem-me a insistência, as literaturas de língua portuguesa.

Assim mesmo, no plural. Porque, por um lado, a unidade da nossa língua comum passa crucialmente pelo desenvolvimento do que os especialistas chamam “a competência recetiva de variedades”, ou seja, a capacidade de o falante de uma variedade ser capaz de entender os das outras quando falam e de se fazer entender por eles. E a melhor maneira de promover esta intercompreensão numa língua de variedades tão diferenciadas e tão dinâmicas é, justamente, falarmos entre nós, os seus falantes, lermos reciprocamente os nossos ficcionistas e poetas, ou ouvirmos os nossos dramaturgos e cineastas. O conhecimento recíproco *das culturas* é a melhor forma de manter e consolidar a unidade

de uma língua em variedades pelo mundo repartida – e por isso mesmo rica e vibrante. E, por outro lado, para compreender, respeitar e promover a força e o potencial do português no mundo de hoje e de amanhã, não podemos enclausurar-nos numa só variedade e cultura nacional, mas sim fazer valer as múltiplas culturas que a têm por base e eixo. Arrisco-me mesmo a dizer que, no planeta cultural contemporâneo, Portugal não valerá sem o Brasil, o Brasil sem Angola, Angola sem Moçambique, nenhum sem os outros.

Portanto, caros especialistas, caros universitários – caros colegas: o meu convite é que não fiquéis só pela filologia e a linguística, ou pela pedagogia e a didática, ou pela literatura, as artes e o conhecimento; mas que penseis nos estudos portugueses como um campo vasto e plural, e na língua como o seu traço de união.